



CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

9ª REGIÃO - ESTADO DA BAHIA

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2014

**PROFISSIONAL DE FISCALIZAÇÃO (PFIS)
Nível Pleno**

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTO

QUESTÕES DE

- LÍNGUA PORTUGUESA
- RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO
- NOÇÕES DE INFORMÁTICA
- CONHECIMENTO ESPECÍFICO

DADOS DO CANDIDATO

NOME:

INSCRIÇÃO:

SALA:

CADEIRA:

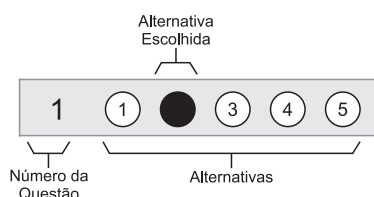
CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

9ª REGIÃO

ESTADO DA BAHIA

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2014

- Este Caderno de Prova contém uma Prova Objetiva de Conhecimento com 30 questões objetivas de múltipla escolha com cinco alternativas cada, numeradas por 1, 2, 3, 4, 5.
- Antes de iniciar a Prova, confira a sequência das páginas e da numeração das questões do seu Caderno de Prova. Se identificar qualquer equívoco, informe-o imediatamente ao aplicador de provas.
- Para responder corretamente às questões, utilize caneta de tinta **preta**, fabricada em material transparente, e leia atentamente as orientações constantes neste Caderno de Prova.
- As respostas das questões deverão ser registradas na Folha de Respostas própria, preenchendo integralmente o círculo correspondente à alternativa correta, conforme o **exemplo**:



Só existe uma alternativa correta.

- Assine no espaço próprio da Folha de Respostas. Folha de Respostas identificada fora desse espaço, implicará na anulação da Prova. Marcação de questão com resposta rasurada não será considerada.
- O tempo total para realização da Prova é de três horas, sendo o tempo mínimo de permanência do candidato em sala de prova de uma hora e trinta minutos. A saída da sala com o Caderno de Prova só será permitida ao final do horário estabelecido para a realização da prova, ou seja, depois de decorridas as três horas do início efetivo da prova.
- Ao concluir sua Prova, sinalize para o aplicador da prova e aguarde para entregar a Folha de Respostas, cumprindo os procedimentos por ele recomendados.

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTO

Questões de 1 a 30

Instrução

Para responder a essas questões, identifique APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque o número correspondente na Folha de Respostas.

Língua Portuguesa – Questões de 1 a 10

Questões de 1 a 5

A Cidadania no Brasil Atual

5 A Constituição Brasileira de 1988 assegurou aos cidadãos brasileiros os direitos já tradicionalmente reconhecidos, como o direito de votar para escolher representantes do Legislativo e do Executivo e o direito de se candidatar para esses cargos. É importante assinalar que essa Constituição ampliou bastante os direitos da cidadania.

10 Como inovação, foi dado ao cidadão o direito de apresentar projetos de lei, por meio de iniciativa popular, tanto ao Legislativo Federal quanto às Assembleias Legislativas dos Estados e às Câmaras Municipais. Foi assegurado, também, o direito de participar de plebiscito ou referendo, quando forem feitas consultas ao povo brasileiro sobre projetos de lei, ou atos do governo. Além disso, foi atribuído, também, aos cidadãos brasileiros o direito de propor certas ações judiciais, denominadas garantias constitucionais, especialmente previstas para a garantia de direitos fundamentais.

15 A par disso, a Constituição prevê a participação obrigatória de representantes da comunidade em órgãos de consulta e decisões sobre os direitos da criança e do adolescente, bem como na área da educação e da saúde. Essa participação configura o exercício de direitos da cidadania e é muito importante para a democratização da sociedade.

20 Em todos os Estados do mundo, inclusive no Brasil, a legislação estabelece exigências mínimas para que um cidadão exerça os direitos relacionados com a vida pública, o que significa a imposição de restrições para que alguém exerça os direitos da cidadania. De certo modo, isso mantém a diferenciação entre cidadãos e cidadãos ativos. No século XX, sobretudo a partir de sua segunda metade, houve o reconhecimento de que muitas dessas restrições eram antidemocráticas e por isso elas foram sendo eliminadas.

25 Por último, é importante assinalar que os direitos da cidadania são, ao mesmo tempo, deveres. Pode parecer estranho dizer que uma pessoa tem o dever de exercer os seus direitos, porque isso dá a impressão de que tais direitos são convertidos em obrigações. Mas a natureza associativa da pessoa humana, a solidariedade natural característica da humanidade, a fraqueza dos indivíduos isolados quando devem enfrentar o Estado, ou grupos sociais poderosos são fatores que tornam necessária a participação de todos nas atividades sociais. Acrescente-se a isso a impossibilidade de viver democraticamente se os membros da sociedade externarem suas opiniões e sua vontade. Tudo isso torna imprescindível que os cidadãos exerçam seus direitos de cidadania.

DALLARI, Dalmo. Direitos e deveres da cidadania. Disponível em: <www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/deveres.htm>. Acesso em: 8 set. 2014. Adaptado.

QUESTÃO 1

Considerando-se, no texto, o 3º parágrafo, conclui-se que “A participação de representantes da comunidade em órgãos de consulta e decisões, sobretudo nas áreas de educação e saúde, é fundamental para a democratização da sociedade”, porque

- 1) os representantes das comunidades são mais interessados.
- 2) ainda predomina uma visão reducionista de cidadania, que exige a participação de todos.
- 3) a cidadania não surge com um toque de mágica, é assimilada, apenas, na convivência diária, nas vidas social e pública.
- 4) a cidadania é uma tarefa que não termina, como seres inacabados, que criam, recriam e tomam consciência de seus direitos, a cada dia, a participação da população é imprescindível no processo democrático.
- 5) a cidadania já atinge todos os brasileiros, e a conquista dos direitos políticos, sociais e civis não tem legitimidade.

QUESTÃO 2

Do último parágrafo, no texto, conclui-se que, se o cidadão não se apropriar dos direitos da cidadania, fazendo-os valer, esses serão letra morta, ficarão só no papel.

Essa conclusão revela um sentimento de

- 1) alerta.
- 2) desconfiança.
- 3) indignação.
- 4) euforia.
- 5) melancolia.

QUESTÃO 3

No texto, as palavras “assegurou” (l. 1) e “brasileiros” (l. 2) são, respectivamente,

- 1) núcleo do predicado nominal e núcleo do predicativo do sujeito.
- 2) adjunto adverbial e objeto direto.
- 3) núcleo do predicado verbal e núcleo do predicativo do sujeito.
- 4) núcleo do predicado verbal e adjunto adnominal do objeto indireto.
- 5) núcleo do predicado nominal.

QUESTÃO 4

Com base no texto, é correto afirmar que a Constituição de 1988 assegurou aos brasileiros

- 1) a impossibilidade de votar, unicamente, para escolher representantes do Executivo.
- 2) a possibilidade de viver, sempre, democraticamente, exercendo todos os seus direitos.
- 3) o direito de apresentar projetos de lei, de iniciativa popular, nos estados e municípios.
- 4) o dever de propor, com restrições, certas ações judiciais denominadas garantias constitucionais.
- 5) a isenção da participação de representantes da comunidade, em determinados órgãos de decisões acerca de jovens e adolescentes.

QUESTÃO 5

“Essa participação configura o exercício de direitos da cidadania e é muito importante para a democratização da sociedade.” (ℓ. 23-25)

As duas orações desse período estão relacionadas através de uma palavra que expressa a ideia de

- 1) adição.
- 2) alternância.
- 3) causa.
- 4) oposição.
- 5) conclusão.

Questões de 6 a 8

No Brasil, ainda há muito o que fazer em relação à questão da cidadania. Por exemplo, acabar com a violência.

O termo cidadania estabelece um estatuto de pertencimento de um indivíduo a uma comunidade politicamente articulada – um país – e lhe atribui um conjunto de direitos e obrigações, sob vigência de uma constituição. Ao contrário dos direitos humanos – que tendem à universalidade dos direitos do ser humano na sua dignidade –, a cidadania moderna, embora influenciada por concepções mais antigas, possui um caráter próprio e duas categorias: formal e substantiva.

A cidadania formal é, conforme o direito internacional, indicativo de nacionalidade, de pertencimento a um Estado-Nação, por exemplo, uma pessoa portadora da cidadania brasileira. Em segundo lugar, na ciência política e na sociologia, o termo adquire sentido mais amplo, a cidadania substantiva é definida como a posse de direitos civis, políticos e sociais.

Essa última forma de cidadania é a que nos interessa.

A cidadania esteve e está em permanente construção; é um referencial de conquista da humanidade, através daqueles que sempre buscam mais direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas, não se conformando frente às dominações, seja do próprio Estado ou de outras instituições.

Nos países ocidentais, a cidadania moderna se constituiu por etapas. T. H. Marshall – sociólogo britânico – afirma que a cidadania só é plena se dotada de todos os três tipos de direito:

1. Civil: direitos inerentes à liberdade individual, liberdade de expressão e de pensamento; direito de propriedade e de conclusão de contratos; direito à justiça; instituído no século XVIII;
2. Político: direito de participação no exercício do poder político, como eleito ou eleitor, no conjunto das instituições de autoridade pública; instituído no século XIX;
3. Social: conjunto de direitos relativos ao bem-estar econômico e social, desde a segurança até o direito de partilhar do nível de vida, segundo os padrões prevaletentes na sociedade, que são conquistas do século XX.

CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.219-229. Disponível em: <politicaedireitoshumanos.files.wordpress.com/2013/04/cidadania-no-brasil-o-longo-caminho.pdf>. Acesso em: 8 set. 2014. Adaptado.

QUESTÃO 6

Com base no texto, é correto afirmar:

- 1) O direito social refere-se ao conjunto de direitos relativos ao bem-estar econômico e social.
- 2) O direito social refere-se, unicamente, às conquistas auferidas no século XX.
- 3) A cidadania atinge a grande maioria do povo brasileiro.
- 4) A cidadania moderna aproxima-se mais da universalidade e estabelece um estatuto de pertencimento, enquanto os direitos humanos são mais formais e subjetivos, influenciados por concepções mais modernas.
- 5) Há uma imposição de restrições, em todos os países do mundo, inclusive no Brasil, para que as pessoas não conquistem os direitos da cidadania.

QUESTÃO 7

Nos trechos: ... “direitos inerentes à liberdade individual”... (ℓ. 31) e “A cidadania formal é, ... de nacionalidade, de pertencimento” (ℓ. 13-15), as palavras: “inerentes” e “pertencimento”, dentro desse contexto, têm, respectivamente, o sentido de

- 1) próprio e específico.
- 2) pertencente e comum.
- 3) próprio e pertencente.
- 4) pertinente e próprio.
- 5) próprio e pertinente.

QUESTÃO 8

Segundo estudiosos, a cidadania só é plena se

- 1) o cidadão gozar dos direitos civis de forma absoluta, integralmente.
- 2) o poder de participação do cidadão, nos partidos políticos, for exercido, incluindo a filiação partidária.
- 3) o conjunto de direitos relativos ao bem-estar econômico e social for, parcialmente, cumprido.
- 4) o indivíduo tiver o direito de participação política cumprido, com algumas restrições.
- 5) houver votação, no Congresso, acerca dos direitos civis, e o resultado for a favor da suspensão de alguns desses direitos civis.

QUESTÃO 9

Nas afirmativas relacionadas a seguir, aquela em que o elemento “a” deve ter crase é

- 1) ... “que tendem a universalidade”...
- 2) ... “em relação a viver sem cidadania”...
- 3) ... “irão a Curitiba amanhã”.
- 4) “a população está a ver navios”.
- 5) “encontrei com ela cara a cara”.

QUESTÃO 10

A alternativa em que a preposição “por” exprime a mesma ideia que possui na frase “Falo por palavras tortas” é

- 1) os cidadãos lutam por todos nós.
- 2) mandou notícias por telegrama.
- 3) lutamos por um mesmo ideal – a democracia.
- 4) um homem prevenido vale por dois.
- 5) todos o têm por democrata.

Raciocínio Lógico Quantitativo – Questões de 11 a 15

QUESTÃO 11

Uma pessoa comprou um imóvel, pagando à vista C milhares de reais e o revendeu com um lucro de 20% sobre o preço de revenda.

Sendo assim, é correto afirmar que o lucro obtido com essa operação corresponde a uma porcentagem do preço pago à vista, igual a

- 1) 20%
- 2) 25%
- 3) 30%
- 4) 35%
- 5) 40%

QUESTÃO 12

Durante a realização das provas de um concurso, 130 candidatos foram distribuídos em três salas, S_1 , S_2 e S_3 , com capacidade para acomodar 60, 54 e 42 candidatos, respectivamente.

Sabendo-se que todos os candidatos foram distribuídos nas salas de modo diretamente proporcional à capacidade de cada uma, é correto afirmar que na sala

- 1) S_1 todos os lugares foram ocupados.
- 2) S_3 todos os lugares foram ocupados.
- 3) S_3 ficaram desocupados $\frac{1}{3}$ dos lugares.
- 4) S_2 ficaram desocupados $\frac{1}{6}$ dos lugares.
- 5) S_1 ficaram tantos lugares desocupados quanto em S_2 e S_3 juntas.

QUESTÃO 13

Durante uma viagem de automóvel entre as cidades A e B, verificou-se que um quarto do trajeto foi percorrido com um rendimento de 12,5km por litro de combustível, e o restante do trajeto foi percorrido com um rendimento de 10,5km por litro.

Nessas condições, o rendimento, em km por litro, em todo o trajeto foi, aproximadamente, igual a

- 1) 10,5
- 2) 10,9
- 3) 11,1
- 4) 11,3
- 5) 11,6

QUESTÃO 14

Um capital de R\$10 000,00, aplicado por um determinado tempo, a uma taxa mensal de juros compostos de 2%, acumulou um montante de R\$16 000,00.

Considerando-se $\log 102 = 2,008$ e $\log 2 = 0,300$, pode-se afirmar que o tempo de aplicação desse capital foi igual a

- 1) dois anos e seis meses.
- 2) dois anos e um mês.
- 3) dois anos.
- 4) um ano e dois meses.
- 5) onze meses.

QUESTÃO 15

Para se arquivar certo número de documentos, foram utilizadas três pastas de cada uma das cores A, B, C e D, numerando cada cor com os algarismos 1, 2 e 3.


Se uma pessoa retira, ao acaso e simultaneamente, três dessas pastas de um arquivo, onde foram guardadas de forma aleatória, a probabilidade de elas terem cores distintas e numeração distinta é de

- 01) $\frac{6}{25}$
- 02) $\frac{12}{55}$
- 03) $\frac{6}{55}$
- 04) $\frac{2}{25}$
- 05) $\frac{1}{20}$

Noções de Informática Questões de 16 a 20

QUESTÃO 16

Um usuário do editor de texto Word 2013 já escreveu 295 páginas e salvou em um arquivo com formato (.doc).

Ao abrir o arquivo, o usuário clicou na opção Exibição e selecionou o ícone , permitindo

- 1) visualizar duas seções do documento ao mesmo tempo.
- 2) criar duas colunas do texto selecionado.
- 3) congelar o texto em dois painéis.
- 4) alternar janelas de documentos diferentes.
- 5) definir marcadores.

QUESTÃO 17

Um usuário com dificuldades em configurar o software de e-mail pede ajuda a um profissional de suporte em TI que, ao analisar a configuração dos servidores de envio e recebimento, verificou que os protocolos estavam incorretos, tendo sido alterados para, respectivamente,

- 1) FTP e SMTP.
- 2) SMTP e FTP.
- 3) HTTP e FTP.
- 4) SNMP e POP3.
- 5) SMTP e POP3.

QUESTÃO 18



	A	B	C	D	E	F
1	NOME	CARGO	SALÁRIO			
2	João Gomes	Operador	R\$ 1.500,00			
3	Luciana Chaves	Gerente	R\$ 2.200,00			
4	Artur Domingos	Diretor	R\$ 5.400,00			
5	André Carvalho	Supervisor	R\$ 1.900,00			
6	Cleonice Pires	Vendedor	R\$ 900,00			
7						
8						
9						

Considere-se a planilha de salários de uma empresa.

O gestor, desejando inserir, na célula C9, o valor total dos salários, deve utilizar a fórmula

- 1) =TOTAL(C2:C6).
- 2) =SUBTOTAL(C2:C6).
- 3) =SUBTOTAL(A1:C6).
- 4) =SOMA(C2:C6).
- 5) =MEDIA(C2:C6).

QUESTÃO 19

A Internet é a rede mundial de computadores que permite a comunicação através de diversos dispositivos interconectados por linhas de transmissão. A comunicação é possível em função do endereço IP que é configurado em cada dispositivo conectado à Internet.

O protocolo capaz de mapear os endereços IPs em nomes, permitindo o acesso a sites na Web é o

- 1) DNS.
- 2) TCP.
- 3) SMTP.
- 4) HTTP.
- 5) UDP.

QUESTÃO 20

Segurança de sistemas é um tema considerado de fundamental importância atualmente.

Um usuário, com falsa identidade, entra em contato com a empresa que ele deseja acessar para conseguir informações valiosas que o ajudem a burlar o sistema. Isso é um tipo de ataque chamado

- 1) IDS.
- 2) Cavalo de Troia.
- 3) Engenharia Social.
- 4) Ataque por Negação de Serviço.
- 5) Malware.

Conhecimento Específico: Legislação

Questões de 21 a 30

Questões de 21 a 26

Para responder a essas questões, considere a Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, (alterada pela Lei nº 10.795 de 5 de dezembro de 2003).

QUESTÃO 21

Em consonância com o Art. 6º, é correto afirmar:

- 1) As Pessoas Jurídicas, inscritas no Conselho Regional de Corretores de Imóveis, sujeitam-se aos mesmos deveres e têm os mesmos direitos das pessoas físicas nele inscritas.
- 2) O Conselho Regional de Corretores de Imóveis é hierarquicamente superior, a nível regional, ao Conselho Federal de Corretores de Imóveis.
- 3) O Corretor de Imóveis pode optar por ter uma inscrição só no Conselho Federal de Corretores de Imóveis, podendo assim atuar em todo o território nacional.
- 4) O Conselho Federal de Corretores de Imóveis tem supremacia apenas sobre os Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis da Região Nordeste.
- 5) O Corretor de Imóveis, mesmo com sua inscrição cassada pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis, pode atuar em parceria com outro Corretor de Imóveis devidamente legalizado.

QUESTÃO 22

Em consonância com o Art. 4º, pode-se afirmar:

- 1) A inscrição de Corretor de Imóveis e de Pessoa Jurídica é objeto de resolução do Conselho Regional de Corretores de Imóveis.
- 2) A inscrição de Corretor de Imóveis tem regras distintas da inscrição de Pessoa Jurídica, conforme Resolução do Conselho Federal de Corretores de Imóveis.

- 3) A inscrição de Corretor de Imóveis e de Pessoa Jurídica é objeto de resolução do Conselho Federal de Corretores de Imóveis.
- 4) O Conselho Regional de Corretores de Imóveis tem autonomia para baixar toda e qualquer resolução que se fizer necessária para otimizar a fiscalização no combate ao exercício ilegal da profissão de Corretores de Imóveis.
- 5) O Corretor de Imóveis que tem inscrição no Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado da Bahia não pode obter outra inscrição no Conselho Regional de Corretores de Imóveis de outra região.

QUESTÃO 23

Em consonância com o Art. 8º, é correto afirmar:

- 1) O Conselho Federal de Corretores de Imóveis tem sede e jurisdição na Capital da República e foro em todo o Território Nacional.
- 2) O Conselho Federal de Corretores de Imóveis não tem foro nem jurisdição definida, apenas sede em todo o Território Nacional.
- 3) O Conselho Federal de Corretores de Imóveis tem sede em todas as capitais dos estados do País e jurisdição e foro na Capital da República.
- 4) O Conselho Federal de Corretores de Imóveis tem sede e foro na Capital da República e jurisdição em todo o Território Nacional.
- 5) O Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado da Bahia tem sede, foro e jurisdição também na Capital da República.

QUESTÃO 24

Em consonância com o Código de Processo Disciplinar, Capítulo II, do Auto de Infração, Seção I: DA LAVRATURA, Art. 9º, é correto afirmar:

- 1) Para que a lavratura do Auto de Infração tenha valor jurídico, o agente de fiscalização só pode lavrar o Auto de Infração no estabelecimento do infrator, ou onde for localizado, na presença de duas testemunhas.
- 2) O Auto de Infração pode ser lavrado em qualquer lugar em que se encontre o infrator e, não sendo possível entregá-lo no mesmo momento, essa ciência pode se efetivar no estabelecimento, ou na residência do autuado, ou onde mais for localizado.
- 3) O Auto de Infração só pode ser lavrado com a constatação da infração e a confissão do infrator.
- 4) O Auto de Infração só pode ser lavrado mediante denúncia escrita e entregue na coordenadoria de fiscalização.
- 5) O Auto de Infração só pode ser lavrado no lugar em que se encontre o infrator e, deve ser entregue no mesmo momento.

QUESTÃO 25

Conforme o Art. 13, inciso I, do Código de Processo Disciplinar, Capítulo II, do Auto de Infração, Seção I: DA LAVRATURA, o agente de fiscalização lavrará Auto de Constatação com o objetivo de

- 1) consignar infração constatada em stand, ou posto de venda em locais de construção, de incorporação ou de loteamento, para instruir Auto de Infração a ser lavrado no estabelecimento do infrator.
- 2) caracterizar a atividade profissional de Corretor de Imóveis, por pessoa não habilitada para o seu exercício, configurando a atividade legal, com vistas ao processo convencional.

- 3) comprovar e relatar fato que, para caracterizar a infração, dependa de outros esclarecimentos e flagrantes decorrentes do exercício ilegal da profissão de Corretor de Imóveis.
- 4) consignar infração constatada em posto de venda, em locais de loteamento, para o Auto de Infração ser lavrado, penalizando o infrator.
- 5) comprovar a suspeita do exercício ilegal da profissão de Corretor de Imóveis por pessoa supostamente não inscrita no Conselho Regional de Corretores de Imóveis.

QUESTÃO 26

Com base no Art. 17, do Código de Processo Disciplinar, Capítulo I, do Auto de Infração, Seção I: DA LAVRATURA, os autos de infração, de constatação e a notificação podem ser assinados por

- 1) titulares do estabelecimento, seu cônjuge, seus filhos maiores que trabalhem no local e exerçam a profissão de Corretor de Imóveis, ou o gerente.
- 2) qualquer pessoa, com vínculo ou sem vínculo, que tenha conhecimento da infração e que esteja disposta a colaborar com a verdade do fato ilícito.
- 3) pessoa física ou representante de pessoa jurídica, titulares do estabelecimento fiscalizado, ou por seus empregados e prepostos.
- 4) gerente ou responsável, apenas, se pessoa jurídica, ainda que o atuado seja Corretor de Imóveis
- 5) titulares do estabelecimento, ou advogados legalmente constituídos.

Questões de 27 a 29

Para responder a essas questões, considere a Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, (alterada pela Lei nº 10.795 de 5 de dezembro de 2003) e a RESOLUÇÃO-COFECI nº 326/92, Decreto Nº 81.871, de 29 de junho de 1978, referente ao Código de Ética Profissional.

QUESTÃO 27

Conforme o Art. 3º, inciso IX, é permitido ao Corretor de Imóveis

- 1) emitir, a seu critério, recibo das quantias que o cliente lhe pague ou entregue, a qualquer título.
- 2) receber sinal nos negócios que lhe foram confiados, independente de estar ou não autorizado para tanto.
- 3) deixar de atender as notificações para esclarecimento à fiscalização ou as intimações para instruções de processos.
- 4) auxiliar a fiscalização do exercício profissional, cuidando do cumprimento desse Código, comunicando com discrição e fundamentadamente, aos órgãos competentes, as infrações de que tiver ciência.
- 5) celebrar contrato de parceria com um colega e desconhecer o que foi contratado sob o argumento de que trabalhou mais do que ele na venda de um determinado imóvel.

QUESTÃO 28

Considerando-se o Art. 4º e seus incisos, são obrigações do Corretor de Imóveis

- I. comunicar, a *posteriori* e quando tiver tempo, ao cliente o recebimento de valores ou documentos a ele destinados.
- II. apresentar, ao oferecer um negócio, dados rigorosamente certos, nunca omitindo detalhes que o depreciem, informando o cliente dos riscos e demais circunstâncias que possam comprometer o negócio.

- III. recusar a transação que saiba ilegal, injusta ou imoral.
- IV. importunar o cliente, com prestações de contas quando o mesmo não solicitar, ainda que o negócio já tenha sido concluído.

As afirmativas corretas são apenas

- 1) I e II
- 2) I e IV
- 3) II e III
- 4) II e IV
- 5) III e IV

QUESTÃO 29

Conforme o Art. 5º, sobre as responsabilidades jurídicas imputadas ao Corretor de Imóveis, em relação ao cliente, é correto afirmar:

- 1) O Corretor de Imóveis que atuar com má fé, não esclarecendo e não orientando devidamente o cliente que o contratou, para auxiliar no processo de venda do seu imóvel, não responde civilmente pelos prejuízos causados ao cliente.
- 2) O agente de fiscalização não pode lavar, notificar e autuar o Corretor de Imóveis que, por imperícia e sem má fé, causar danos ao cliente, mesmo que esse dano seja de valor expressivo.
- 3) O Conselho Regional de Corretores de Imóveis não tem competência para punir o Corretor de Imóveis que faltar com ética no atendimento ao cliente, causando-lhe prejuízos irreparáveis.
- 4) As infrações éticas e a imperícia não responsabilizam o Corretor de Imóveis por danos e ofensas morais que o cliente venha a sofrer, no curso de um processo de compra e venda, intermediado pelo profissional.
- 5) O Corretor de Imóveis responde civil e penalmente por atos profissionais danosos ao cliente, a que tenha dado causa por imperícia, imprudência, negligência ou infrações éticas.

QUESTÃO 30

Conforme RESOLUÇÃO – COFECI nº 327/92 Capítulo I, Dos princípios gerais da inscrição, Art.1º, é correto afirmar:

- 1) Constituem atos privativos da profissão de Corretor de Imóveis os de intermediação nas transações em geral sobre imóveis, inclusive na compra e venda, promessa de venda, cessão, promessa de cessão, permuta, incorporação, loteamento e locação.
- 2) Constituem atos privativos da profissão de Corretor de Imóveis vender, locar imóveis, intermediar permutas de todo e qualquer tipo de imóveis, sem autorização expressa na lei e devido consentimento do proprietário, pois o Corretor tem a prerrogativa de deliberar, desde que o imóvel esteja à venda, e interagir no processo de compra e venda.
- 3) O Corretor de Imóveis não pode interagir na incorporação de imóveis, sob pena de exercício ilegal da profissão.
- 4) A promessa de cessão e a cessão de imóveis não constituem ato privativo da profissão de Corretor de Imóveis, uma vez que qualquer pessoa pode interagir nesses processos.
- 5) O Corretor de Imóveis tem que ser assessorado por um advogado para interagir no processo de promessa de cessão de imóveis.

* * *

Rascunho



www.strixeducacao.com.br

Todos os direitos reservados. Proibida a publicação ou reprodução, ainda que parcial, sem a permissão expressa da Strix Educação.



Este Caderno de Provas foi impresso em papel de florestas plantadas e 100% renováveis

